MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE
CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE, COMPÊTÊNCIAS E COMPOSIÇÃO.

Art. 1º Conselho Municipal de Esporte, criado pela Lei Municipal nº 1.117, de 11 de dezembro de 2024, órgão colegiado de caráter consultivo e fiscalizador, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, tem por finalidade auxiliar na organização do esporte, na consolidação de políticas públicas e na melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do esporte municipal.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal do Esporte, além das atribuições estabelecidas no art. 3º da Lei Municipal nº 1.117, de 11 de dezembro de 2024:

I — Cooperar com o Conselho Estadual do Esporte e com os órgãos federais e estaduais incumbidos da execução das Políticas de Esporte;

II - Orientar medidas e apoiar iniciativas em favor do incremento da prática do esporte e de atividades físicas e de lazer, objetivando a saúde e o bem-estar do cidadão, observando o cumprimento dos princípios e normas legais;

III- Fornecer, quando solicitados, subsídios ao Poder Público em projetos que visem a melhoria da prática de atividades físicas e do esporte no Município;

IV - Opinar, quando consultado, sobre a concessão de auxílios e recursos financeiros às entidades e associações esportivas sediadas no Município;

V — Zelar pela memória do esporte;

VI- Contribuir para a formulação da política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo visando potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade física e esportiva;

VII — Acompanhar, a partir de análises orçamentárias, entre outras que se façam necessárias, a gestão de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte, bem como avaliar os ganhos sociais obtidos e desempenho dos programas e projetos aprovados, manifestando-se a respeito e sugerindo aprimoramentos;

VIII - Realizar os esforços necessários ao esclarecimento de dúvidas quanto à correta utilização, por parte das entidades beneficiárias, de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte; e

IX - Elaborar e aprovar, em reunião plenária, o Regimento Interno do Conselho.

Parágrafo único. Para a consecução de suas finalidades, o Conselho Municipal de Esporte articular-se-á com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

Art. 3º O Conselho Municipal de Esporte compõe-se dos seguintes membros titulares, com igual número de suplentes.

I - Um representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

II - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

IV - Três representantes da Sociedade Civil ligadas ao Esporte.

§1º Cada membro titular terá um respectivo suplente, indicado na mesma forma do titular.

§2º Os representantes previstos nos incisos I a III serão indicados pelas respectivas Secretarias Municipais e encaminhados à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, que providenciará a designação formal por ato do Chefe do Poder Executivo.

§3º Os representantes da sociedade civil previstos no inciso IV serão indicados pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com base em critérios objetivos de representatividade e atuação no setor esportivo local.

§4º Qualquer membro, titular ou suplente, poderá solicitar seu desligamento do Conselho, mediante apresentação de pedido formal de renúncia ao Presidente da Mesa Diretora.

§5º Recebido o pedido de renúncia, caberá à Secretaria responsável pela indicação do membro providenciar nova nomeação, observados os mesmos critérios de designação.

§ 6º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Esporte é de 02 (dois) anos, permitida uma recondução consegutiva.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO.

CAPÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES DE MEMBRO DO CONSELHO

Art. 4º São atribuições de membro do Conselho:

I - Relatar e discutir os processos que lhe forem atribuídos e neles proferir seu parecer e voto;

II — Participar das discussões e deliberações do Conselho;

III- Determinar, como relator, as providências necessárias à boa instrução do processo, inclusive solicitar diligência;

IV - Solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença em sessão do postulante ao titular de qualquer órgão informante, para as entrevistas que fizeram indispensáveis;

V - Solicitar, em plenário, à Secretaria Executiva e as Comissões, por intermédio do Presidente, os esclarecimentos verbais que entender necessários;

VI- Pedir vista de processo e requerer adiamento de votação;

VII - Fazer indicações, requerimentos e propostas relativas a assuntos de exclusiva competência do Conselho;

VIII - Assinar atos e pareceres dos processos em que for relator;

IX - Propor convocação de sessão extraordinária;

X - Propor emenda ou reforma do Regimento Interno do Conselho;

XI— Após justificar, declarar-se impedido de participar de votações;

XII — Exercer outras atribuições definidas em lei ou em regulamento.

Parágrafo único - Apenas os membros titulares do Conselho, discriminados no art. 3º, possuem direito a voto.

Art. 5º Aos conselheiros poderá ser concedida, mediante requerimento e a critério do Plenário, licença por prazo não superior a 90 (noventa) dias durante a vigência do mandato.

§1º Durante o período de licença, o respectivo suplente assumirá automaticamente as funções do conselheiro titular, com todos os direitos e deveres inerentes ao cargo.

§2º Caso o conselheiro licenciado não retorne às suas funções ao término do prazo concedido, será considerado renunciante, sendo substituído em caráter definitivo por seu suplente

Art. 6º O conselheiro que utilizar sua condição de membro do Conselho para fins diversos dos previstos neste Regimento Interno ou em desconformidade com a Lei nº 1.117, de 11 de dezembro de 2024, poderá ser destituído do cargo.

Parágrafo único. A penalidade de destituição será aplicada mediante deliberação do Plenário, por maioria absoluta de seus membros, assegurados ao conselheiro o contraditório e a ampla defesa

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 7º O Conselho Municipal de Esporte tem a seguinte estrutura:

- I** – Plenário
- II** — Mesa Diretora
- III**- Secretaria Executiva

CAPÍTULO III DO PLENÁRIO

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 8º O Plenário, órgão soberano do Conselho Municipal de Esporte, compõe-se dos membros titulares do Conselho, discriminados no art.3º deste regimento.

Art. 9º O membro do Conselho que, sem justificativa aceita, deixar de comparecer a três sessões consecutivas ou à metade das sessões plenárias realizadas no período de um ano, perderá automaticamente o mandato, deixando de ser considerado para efeito de quórum.

§ 1º Ocorrendo a perda de mandato nos termos do caput, o respectivo suplente assumirá a vaga de titular, e a Secretaria responsável pela representação será comunicada para providenciar a nomeação de um novo suplente no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A justificativa de ausência deverá ser apresentada por formalmente — desde que comprovado o recebimento — no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da sessão da qual o conselheiro se ausentou, sendo sua aceitação avaliada pela Mesa Diretora.

§ 3º As disposições deste artigo não se aplicam nos casos em que o conselheiro se encontrar em licença formalmente concedida na forma do art. 5º deste Regimento.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO PLENÁRIO

Art. 10. Ao Plenário compete:

- I** — Discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados neste Regimento;
- II** — Julgar e decidir sobre assuntos encaminhados à apreciação do Conselho;

CAPÍTULO IV
DA MESA DIRETORA

SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Art. 11. São atribuições da Mesa Diretora:

- I** – Dispor sobre as normas e atos relativos ao funcionamento administrativo do Conselho com auxílio da Secretaria Executiva;
- II** – Convocar reuniões extraordinárias;
- III** – Encaminhar as questões administrativas, submetendo-as a apreciações e aprovação do Plenário;
- IV** – Definir os ritos para a acolhida de denúncias, reivindicações ou outras manifestações da sociedade, submetendo-se à apreciação e aprovação do Plenário;
- V** – Apreciar matéria em caráter de urgência, a seu critério, especialmente, submetendo sua a deliberação da próxima sessão do Conselho;
- VI** – Dar encaminhamento às questões que lhe tenham sido delegadas pelo Plenário, bem como às surgidas entre sessões, submetendo-as à apreciação e aprovação pelo Plenário na sessão subsequente;
- VII** – Observar a fazer cumprir este Regimento Interno.

Art. 12. A Mesa Diretora será composta por:

- I** – Presidente;
- II** – Vice-Presidente;
- III** – 1º Secretário.

SEÇÃO II DO PRESIDENTE

Art. 13. São atribuições do Presidente:

- I** - Presidir as sessões e os trabalhos do conselho;
- II** - Encaminhar propostas à apreciação e votação;
- III** – Delegar competências;
- IV** – Distribuir matérias;
- V** – Nomear os integrantes das Comissões;
- VI** - Designar relator para os assuntos em pauta;
- VII** – Participar, quando julgar necessário, dos trabalhos de qualquer Comissão;
- VIII** – Formular consultas e promover conferências sobre matéria do interesse do Conselho;
- IX** - Representar o Conselho ou delegar representações;
- X** - Submeter à apreciação do Plenário, os convites para representação em eventos externos, oficializando a representação;
- XI** – Mobilizar os meios e recursos indispensáveis ao pleno e eficaz funcionamento do Conselho;
- XII** – Após processo circunstanciado, aplicar penas disciplinares;
- XIII** – Autorizar a execução de serviços fora da sede do Conselho;
- XIV** – Manter contato permanente com o Conselho Estadual de Desportos e, sempre que possível, com os demais Conselhos Municipais de Esporte do Estado.;
- XV** - Determinar a elaboração de normas para a execução dos serviços administrativos;
- XVI** - Conceder licença, a critério do Plenário, aos conselheiros na forma e nos casos previstos neste Regimento;
- XVII** - Assinar resoluções pareceres e correspondências em geral do Conselho;
- XVIII** – Assinar solicitação, ao órgão competente, de recursos financeiros e materiais necessários ao funcionamento do Conselho;

XIX – Decidir sobre questões de ordem;

XX – Exercer as demais atribuições não especificadas nesse Regimento e inerentes à sua função, “ad referendum” do Plenário.

SEÇÃO III DO VICE-PRESIDENTE

Art. São atribuições do Vice- Presidente:

14.

- I — Substituir o Presidente em seus impedimentos;
- II — Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III - Exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Plenário.

SEÇÃO IV DO 1º SECRETÁRIO

Art. 15. São atribuições do 1º Secretário:

- I — Assessorar o presidente e o Vice-Presidente no cumprimento de suas funções específicas e nas tarefas por eles designadas;
- II - Prestar as informações que lhe forem solicitadas nas reuniões pelo Presidente ou por conselheiros;
- III - Coordenar os trabalhos das Comissões;
- IV - Orientar e acompanhar os trabalhos da Secretaria Executiva;
- V - Lavrar as atas das reuniões com o auxílio da Secretaria Executiva e proceder à sua leitura na reunião subsequente;
- VI — Elaborar as pautas das reuniões com o auxílio da Secretaria Executiva e submetê-las ao Presidente para aprovação; e
- VII - Encaminhar à Secretaria Executiva a execução das medidas aprovadas pelo Plenário.

SEÇÃO V DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 16. A Secretaria Executiva será exercida por servidor do órgão da administração direta ou indireta, ao qual o Conselho Municipal de Esporte é vinculado, especialmente designado para tal função.

Art. 17. São atribuições da Secretaria Executiva:

- I - Preparar as sessões, providenciando e organizando os documentos, as informações e os demais recursos que se façam necessários;
- II — Elaborar a pauta das reuniões com o auxílio do 1º Secretário e submetê-la ao Presidente para aprovação;
- III - Lavrar as atas das sessões com auxílio do 1º secretário;
- IV — Convocar os conselheiros e os convidados para as sessões, remetendo aos primeiros, cópia das atas referentes a sessões anteriores ainda pendentes de aprovação;
- V — Receber dos conselheiros propostas de alteração às atas de sessões anteriores;
- VI - Secretariar as sessões do Conselho;
- VII - Prestar o apoio administrativo e logístico à Mesa Diretora, ao Plenário e às Comissões em suas atividades pertinentes ao Conselho;
- VIII - Providenciar a execução das medidas determinadas pela Mesa Diretora;
- IX - Prestar, em Plenário, as informações que lhe forem solicitadas pela Mesa Diretora e pelos conselheiros;
- X - Receber das Comissões seus relatórios, atas e outros documentos, e encaminhá-los ao Plenário;
- XI - Submeter ao Plenário propostas relativas à sua própria organização interna;
- XII - Manter informações atualizadas sobre estatuta e o funcionamento do Conselho;
- XIII — Informar o Plenário com informações atualizadas e fidedignas sobre a situação das atividades em andamento;
- XIV - Controlar a presença dos conselheiros;
- XV - Manter permanentemente informados os segmentos representados no Conselho Municipal de Esporte;
- XVI — Providenciar a divulgação de todas as decisões de Conselho Municipal do Esporte;
- XVII - Arquivar e controlar a movimentação de documentos;
- XVIII — Zelar pela conservação dos bens e documentos do Conselho e dos que estejam sob sua guarda;
- XIX - Manter registro dos conselhos municipais mineiros relativos ao esporte; e
- XX - Elaborar, com auxílio da Mesa Diretora, o relatório anual de atividades do Conselho, submetendo-o ao Plenário.

Art. 18. A Secretaria Executiva Funcionará junto a Secretaria Municipal de Esporte.

SEÇÃO VI DA ELEIÇÃO E MANDATO

Art. 19. Os membros da Mesa Diretora serão eleitos dentre os conselheiros, mediante votação secreta.

Parágrafo único. O mandato dos membros da Mesa Diretora será de dois anos, permitida uma recondução de igual período ao mesmo cargo.

Art. 20. A eleição da Mesa Diretora será precedida de inscrição individual de candidaturas, facultada a qualquer conselheiro titular a apresentação de seu nome ao Plenário.

Parágrafo único. As inscrições serão realizadas no início da reunião convocada especificamente para a eleição da Mesa Diretora, cuja pauta deverá ser previamente divulgada a todos os conselheiros com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 21. A qualquer tempo, mediante iniciativa de, no mínimo, dois terços dos conselheiros, poderá ser convocada reunião extraordinária com a finalidade de deliberar sobre a destituição de qualquer membro da Mesa Diretora.

Parágrafo único. A destituição somente será efetivada mediante aprovação de, no mínimo, dois terços dos votos dos conselheiros presentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao membro envolvido.

Art. 22. Na ausência eventual de membros da Mesa Diretora, suas funções serão exercidas, temporariamente, pelos demais membros presentes, respeitada a ordem de precedência dos cargos.

Parágrafo único. Em caso de vacância definitiva de qualquer cargo da Mesa Diretora, será convocada nova eleição no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de abertura da vaga, para preenchimento e complementação do respectivo mandato

TÍTULO III DA SESSÃO

CAPÍTULO I DAS PRELIMINARES DA SESSÃO

Art. 23. As sessões do Conselho serão públicas, podendo ser reservadas quando houver motivo justificado, nos termos deste Regimento ou da legislação aplicável.

Art. 24. O Conselho Municipal de Esporte poderá realizar sessões solenes para comemorações ou homenagens, que serão consideradas ordinárias se coincidirem com as sessões ordinárias do Conselho.

Parágrafo único. O Plenário poderá destinar parte da sessão a comemorações ou interromper os seus trabalhos, em qualquer tempo, para recepção à personalidade, por proposta do Presidente ou de conselheiro.

CAPÍTULO II DA ORDEM DA SESSÃO

Art. 25. Em cada sessão haverá:

- I – Leitura da ata;
- II – Expediente;
- III - Ordem do dia;
- IV - Assuntos gerais;

CAPÍTULO III DA CONVOCAÇÃO DA SESSÃO

Art. 26. O Conselho Municipal de Esporte reunir-se-á, em sessão ordinária, com frequência trimestral, em data previamente agendada pelo Presidente, independentemente de convocação formal..

Art. 27. O Conselho Municipal de Esporte poderá reunir-se, extraordinariamente, mediante convocação da Mesa Diretora ou da maioria absoluta de seus membros..

I – A convocação para reunião extraordinária poderá ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quando realizada no curso de reunião ordinária e comunicada formalmente aos presentes;

II – Nos demais casos, a convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, devendo ser adotadas as providências necessárias para assegurar o recebimento da comunicação por todos os conselheiros.

CAPÍTULO IV DO QUÓRUM

Art. 28. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos conselheiros presentes às sessões, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo único. As sessões do Conselho serão instaladas com a presença mínima absoluta de seus membros em exercício.

CAPÍTULO V DA SUSPENSÃO E ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Art. 29. Poderá a sessão ser suspensa ou encerrada por:

- I – Conveniência de ordem disciplinar;
- II - Falta de quórum para votação das proposições;
- III - Fata de matéria a ser discutida.

Parágrafo único. Fora dos casos expressos nos incisos I, II e III, somente mediante

deliberação do Plenário, a requerimento de um terço, no mínimo, dos conselheiros presentes, poderá a sessão ser suspensa ou encerrada.

CAPÍTULO VI DO ORADOR E DO APARTE

Art. 30. Nenhum conselheiro poderá usar da palavra sem que lhe tenha sido concedida pelo Presidente da sessão.

§1º Ao pronunciar-se, o conselheiro deverá ater-se à matéria em discussão.

§2º O conselheiro que usar da palavra sem que lhe tenha sido concedida será convidado, pelo Presidente, a aguardar a permissão.

§3º Nenhum conselheiro poderá referir-se ao Conselho ou a qualquer um de seus membros de forma descortês ou injuriosa.

Art. 31. A palavra será concedida ao conselheiro que primeiro a tiver solicitado, cabendo ao Presidente, regular à precedência quando mais de um a pedir ao mesmo tempo.

§ 1º O relator terá procedência para manifestar-se sobre a matéria em discussão.

§2º O Presidente poderá solicitar ao conselheiro que interrompa o seu discurso para:

- I — Comunicação importante
- II — Recepção de autoridade ou personalidade.

Art. 32. Aparte é a interrupção do orador para indagação ou esclarecimento relativos à matéria em debate.

§ 1º Pela ordem, o conselheiro somente poderá interromper o orador se dele obtiver permissão.

§ 2º Não será permitido aparte;

- I — À palavra do Presidente;
- II - Paralelo à discussão;
- III - Por ocasião do encaminhamento de votação;
- IV - Quando o orador estiver suscitando questões de ordem.

CAPÍTULO VII DA QUESTÃO DE ORDEM

Art. 33. Questão de ordem é solicitação de esclarecimento que se fizer necessário ao bom andamento de uma sessão e à normalidade da discussão e da votação de proposição.

Art. 34. Caberá ao Presidente resolver, soberanamente, as questões de ordem, ou delegar ao Plenário a decisão.

Art. 35. As questões de ordem poderão ser levantadas em qualquer fase dos trabalhos, para arguir a inobservância de preceito regimental.

Art. 36. Suscitada a questão de ordem, sobre ela só poderá falar um conselheiro, que contra-argumente as razões invocadas pelo autor.

Art. 37. O tempo para formular questões de ordem, em qualquer fase da sessão, ou contraditá-la, não poderá exceder 2 (dois) minutos.

CAPÍTULO VIII DA ATA

Art. 38. Das sessões do Conselho serão lavradas atas, assinadas pelos presentes.

Parágrafo único. As sessões poderão ser realizadas de maneira remota, mediante publicação em Diário Oficial e gravadas. As gravações das reuniões presenciais e remotas serão publicadas e armazenadas para transparência das atividades do conselho.

Art. 39. As sessões do Conselho terão início com a leitura da ata da reunião anterior.

§1º Não havendo manifestações contrárias ao teor da ata, ela será aprovada e subscrita pelos conselheiros presentes que participaram da sessão anterior.

§2º As retificações requeridas por conselheiros serão inseridas na ata da sessão em que foi lida.

Art. 40. A ata será lavrada mesmo que a sessão não seja iniciada, fazendo-se nela constar os nomes dos conselheiros presentes.

CAPÍTULO IX DO EXPEDIENTE

Art. 41. No expediente, o Presidente dará ciência, em sumário, das proposições, ofícios, representações, petições e outros documentos dirigidos ao Conselho.

Parágrafo único. As proposições e papéis deverão ser entregues ao Presidente até o momento da instalação dos trabalhos, para leitura e encaminhamento.

CAPÍTULO X DAS PROPOSIÇÕES DA ORDEM DA PAUTA

Art. 42. A ordem das proposições será organizada pela Secretaria Executiva.

§1º Na organização, a Secretaria Executiva colocará em primeiro lugar as proposições em regime de urgência, seguidas de um regime de prioridade e, finalmente, das em regime de tramitação ordinária, na seguinte sequência:

I — Votação adiadas;

II — Discussões adiadas;

III - Proposições que independem de pareceres, mas dependem de apreciação do Plenário;

IV - Proposição com pareceres aprovados pelas Comissões.

§ 2º Os atos do Presidente, sujeitos à homologação, serão incluídos em último lugar, dentro do grupo correspondente ou regime em que tramitam.

DAS EMENDAS ÀS PROPOSIÇÕES

Art. 43. A emenda à proposição constante na pauta só poderá ser apresentada antes de iniciada a discussão da proposição e haverá deliberação se ela for acatada pelo relator.

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas por escrito.

CAPÍTULO XII DA DISCUSSÃO E DA VOTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 44. Iniciada a discussão, a palavra será dada ao relator, que terá o tempo necessário para dar conhecimento da matéria ao Plenário.

Parágrafo único. O conselheiro terá liberdade de se pronunciar na ordem em que solicitar a palavra.

Art. 45. A votação e as discussões de matérias poderão ser adiadas mediante requerimento de conselheiro, apresentado antes de iniciadas as discussões e se aprovado pelo Plenário.

Art. 46. Encerradas as discussões, nenhum conselheiro poderá usar da palavra sobre o assunto debatido, salvo para encaminhamento de votação.

Art. 47. Antes do início da votação de qualquer matéria será concedida vista ao conselheiro que a pedir, devendo o processo voltar à pauta na mesma sessão.

Art. 48. As votações serão simbólicas, podendo qualquer conselheiro requerer votação nominal.

CAPÍTULO XIII DOS ASSUNTOS GERAIS

Art. 49. Em Assuntos Gerais será datada a palavra aos conselheiros que a solicitarem, para versar sobre assunto de livre escolha, cabendo a cada um, três minutos, no máximo, salvo manifesto interesse da maioria dos conselheiros e autorização do Presidente para prorrogação predeterminada do tempo de pronunciamento.

TÍTULO IV

DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I DAS PRELIMINARES

Art. 50. Para fins de assessoramento técnico e estudo de assuntos de competência do Conselho Municipal de Esporte, o Presidente poderá constituir Comissões.

Art. 51. As Comissões serão constituídas por área temática, definindo-se atribuições e determinando-se os componentes.

Art. 52. As Comissões serão ouvidas todas as vezes que o Plenário solicitar.

Art. 53. Para exames de assuntos específicos poderá a comissão convocar qualquer conselheiro vinculado à matéria em pauta.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 54. As comissões devem ser integradas por, no mínimo, um conselheiro e por profissionais de notório saber ou representantes de órgãos e entidades diretamente relacionados com o tema.

Parágrafo único. Cabe à Presidência do Conselho estabelecer a composição das comissões, bem como convidar profissionais ou órgãos e entidades a indicarem seus representantes.

Art. 55. Cada Comissão será composta por 3 membros dentre os quais será eleito o seu Coordenador.

CAPÍTULO III DA DELIBERAÇÃO DE COMISSÃO

Art. 56. Os pronunciamentos das Comissões terão caráter de parecer e serão submetidos à discussão e votação do Plenário.

Art. 57. As matérias distribuídas às Comissões serão objeto de parecer escrito, devendo os conselheiros discordantes, caso julguem necessário, apresentar nota técnica à parte.

Art. 58. Poderão participar dos trabalhadores das Comissões, como convidados e sem direito ao voto, técnicos de reconhecida competência, ou representantes das entidades interessadas, para esclarecimento das matérias em debate.

Art. 59. As deliberações das Comissões serão tomadas pela maioria dos presentes com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES

Art. 60 - Compete às Comissões:

I - Prestar, em Plenário, as informações que lhe forem solicitadas pela Mesa Diretora e pelos conselheiros;

II — Dar parecer e promover estudos técnicos e pesquisas sobre assuntos relativos à sua competência, tomando a iniciativa na elaboração das proposições necessárias;

III - Baixar processos em diligência para complementar sua instrução ou para determinar o cumprimento de exigências indispensáveis à apreciação do requerido.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 61. — O período de atividades ordinárias do Conselho Municipal de Esporte será compreendido entre **1º de fevereiro e 1º de dezembro** de cada ano.

Art. 62. — A apresentação de matéria para deliberação do Conselho Municipal de Esporte compete:

I — Ao Prefeito Municipal;

II — Ao Senhor Municipal de Esporte;

III - Ao membro do Conselho Municipal de Esporte;

IV - A quem tiver legítimo interesse, mediante petição fundamentada;

Art. 63. — As propostas de modificações e os casos omissos deste Regimento serão apreciados e resolvidos pelo Plenário, por maioria absoluta dos conselheiros em exercício, observadas as disposições legais.

Art. 64 Este Regimento entrará em vigor na data da sua publicação